

A
F
D
M



Relatório e Contas

Exercício 2023

AP
PS
C
N

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2023, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Associação.

Este é, sem dúvida, um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direção apresenta a seu desempenho do ano económico que agora termina, permitindo aos nossos Associados a sua avaliação.

Este é, também, o momento oportuno para que os Senhores Associados possam questionar-nos sobre matérias que suscitem dúvidas e/ou preocupações e sugerir a adoção de medidas que entendam mais adequadas para a nossa Associação.

Este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica e financeira relativa ao período, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;

3. Apresentar as demonstrações financeiras do período de 2023, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Atividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2023 com o que foi efetivamente realizado pela Direção.

AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontrámos nos Associados, Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Autoridade de Proteção Civil, na Câmara Municipal de Coimbra e na população em geral, boa colaboração e o empenhamento necessários para ultrapassar as dificuldades.

Espera assim, a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra (AHBVC) com a maior humildade, que os Senhores Associados se revejam nestes documentos, esperando igualmente merecer a aprovação deste relatório e contas relativo ao exercício de 2023

Relatório de Atividades

A atual direção tomou posse em 21 de janeiro de 2022, a par com os restantes órgãos sociais. Apresentou a sua candidatura suportada num documento intitulado “O Compromisso e o Plano de Desenvolvimento” para o mandato 2022-2024 e sobre o lema “Sim à Vida”.

O Compromisso de união dos membros dos órgãos sociais, no cumprimento das funções estatutárias que lhe cabem, sempre foi o de trabalharem para o propósito de garantir a sustentabilidade e a transparência institucional, a operacionalidade do seu corpo de bombeiros e a profissionalização da gestão, do comando e do atendimento, além do envolvimento e participação cívica na cidade. Propósitos que têm sido postos em prática, ao longo destes dois anos de mandato, sem nunca pôr em causa a finalidade humanitária da Associação, a sua missão e os seus valores.

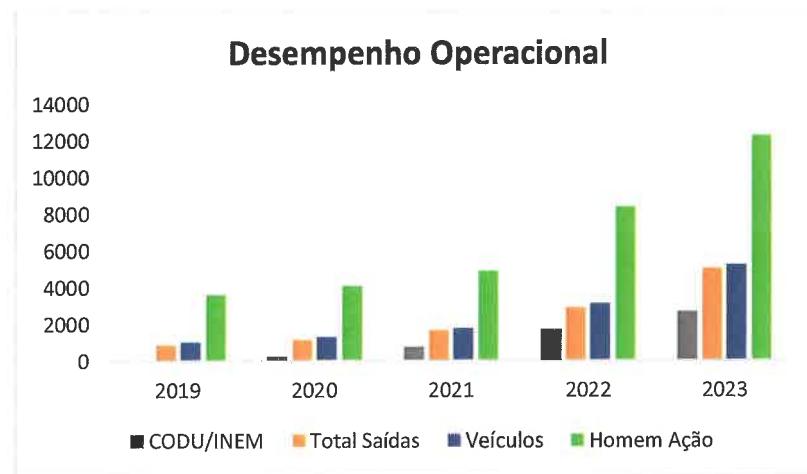
O Plano de Desenvolvimento estabeleceu quatro eixos estratégicos orientadores, a saber:

- I. Envolver a Associação e o seu Corpo Bombeiros, de forma ativa, participativa e reconhecida na vida da comunidade e da cidade e no apoio aos seus associados;
- II. Promover e valorizar Voluntários e Profissionais;
- III. Aproveitar a transição digital para a modernização administrativa;
- IV. Promover novos e inovadores serviços á comunidade no âmbito da saúde e solidariedade social;

No contexto do Eixo Estratégico I, desenvolvemos diversas iniciativas para incentivar um maior conhecimento e a participação da sociedade na atividade humanitária da AHBVC, para ajudar a proteger os direitos dos cidadãos. Nomeadamente, investimos fortemente em meios e pessoas para fornecer um serviço ainda mais capaz, finalizando já em fevereiro de 2024, a profissionalização do atendimento, além capacitar outros recursos humanos

para um atendimento mais profissional ao sócio e ao comum cidadão; temos vindo a atualizar e a desenvolver a atualização da base de dados de sócios, aproveitando para dar a conhecer os seus direitos, deveres e benefícios, além de estabelecer protocolos em que são garantidos benefícios especiais aos bombeiros, colaboradores e sócios da Associação.

No Eixo II, foram feitos vários investimentos em ativos fixos, nomeadamente na aquisição de 3 novas ambulâncias e recursos humanos, nomeadamente na contratação de 8 novos bombeiros, o que possibilitou um aumento significativo da nossa operacionalidade, com foco no Pré-Hospitalar, como pode ser visto no gráfico evolutivo a seguir.



No Eixo III, concluímos a atualização do website e das redes sociais da Associação, promovendo maior aproximação à comunidade, onde realizamos várias campanhas de promoção, melhoria da comunicação interna e externa, para fortalecimento da marca da Associação, aumentando a visibilidade à atividade dos bombeiros, sempre a aproveitar as oportunidades para captação de novos sócios e angariação de novos recursos financeiros, como por exemplo doações, que tiveram um aumento significativo no ano de 2023 e campanhas de IRS solidário, tendo esta última campanha tido um aumento de, aproximadamente, 69% relativamente ao período anterior a nossa entrada em funções.

Natal
4

IRS Solidário



Além das iniciativas referidas, esta Direção sempre teve como compromisso a promoção da sustentabilidade económica e financeira da Associação, com a meta de manter sempre a despesa corrente controlada, aumentar a base de sócios pagantes, crescendo em receitas de serviços, sócios e donativos. Os compromissos foram alcançados, com um aumento significativo na prestação de serviços, como pode ser visto no gráfico evolutivo desta rúbrica.

Prestação de Serviços



Relativamente ao Eixo IV, no âmbito do Programa Sim à Vida, integramos já alguns dos voluntários nas visitas de acompanhamento das 15 famílias que a AHBVC apoia.

No movimento das cidades compassivas, realizamos no dia 12 de janeiro de 2024 um “death café” online e vamos participar no Encontro Nacional das

Cidades Compassivas que se realizará no dia 22 de março em Leiria. Temos, também, sido convidados a apresentar o projeto em vários encontros a nível local e nacional.

Estão já preparados 3 flyers de promoção da literacia jurídica com a colaboração do centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

ORGÃOS SOCIAIS



	Cargo	Nome
ASSEMBLEIA GERAL	Presidente	Maria Isolina Pinto Mesquita
	Vice-Presidente	Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga
	Secretários	Joana Cláudia Mendes S F Baptista José Manuel Nunes Romão
DIREÇÃO	Presidente	João Vasco da Fonseca Jorge Ribeiro
	Vice-Presidente	Ana Teresa Almeida Santos
	Vice-Presidente	Alexandre Gomes da Silva
	1º Secretário	António Gomes Costa
	2º Secretário	Maria Emilia Carvalho Homem
	Tesoureiro	Carlos Jorge Correia Balteiro
	Tesoureiro Adjunto	José Miguel Vasques dos Santos Franco
	Vogais	Ariadne Grillo Pacheco Pedro Miguel Lima Andrade de Matos Geirinhas
CONSELHO FISCAL	Presidente	Daniel Martins Geraldo Taborda
	Secretário	João Ramalhete Carvalho
	Relator	Nuno Paiva da Cunha

8
F.
K

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Z. AD
J.
K.

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

A estrutura da Associação, bem como a sua evolução no exercício 2023, face ao balanço final à data de 31/12/2023, é a que a seguir se apresenta:

Descrição	Exercício 2023		Exercício 2022		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ativo não corrente	2 221 402,75	90,51%	2 109 717,59	92,33%	111 685,16
Existências		0,00%		0,00%	0,00
Dívidas de terceiros	71 580,63	2,92%	44 109,86	1,93%	27 470,77
Disponibilidades	159 442,83	6,50%	128 253,40	5,61%	31 189,43
Diferimentos	2 010,92	0,08%	2 903,36	0,13%	-892,44
Ativo	2 454 437,13	100,00%	2 284 984,21	100,00%	169 452,92
Fundo Social	2 000 158,02	96,38%	1 968 726,20	98,80%	31 431,82
Resultados	75 062,06	3,62%	23 971,47	1,20%	51 090,59
Fundos Próprios	2 075 220,08	100,00%	1 992 697,67	100,00%	82 522,41
Dívidas a terceiros - M/L prazo	186 445,15	48,30%	139 439,14	36,13%	47 006,01
Dívidas a terceiros - curto prazo	199 536,63	51,70%	152 847,40	52,29%	46 689,23
Diferimentos		0,00%		0,00%	0,00
Passivo	385 981,78	100,00%	292 286,54	88,42%	93 695,24

Tabela I – Balanço Análise da Estrutura 2023 vs. 2022

Pelos valores apresentados, constata-se que o Ativo aumentou cerca de 169 mil euros neste período, as disponibilidades aumentaram em 31 mil euros e os fundos próprios aumentaram cerca de 82 mil euros.

Estrutura dos Ativos



Conforme se pode verificar graficamente, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram na rubrica do ativo não corrente, composta essencialmente, pelos Ativos Fixos Tangíveis.

Estrutura dos Fundos Patrimoniais



À data de 31 de dezembro de 2023, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 2.000.158,02 euros. O Resultado Líquido do Período cifrou-se nos 75.062,06 euros positivos.

Estrutura do Passivo



O Passivo da Associação resume-se a duas rubricas: contas a pagar a curto prazo, com 199.536,63 euros, onde se incluem rubricas como fornecedores e Estado, e contas a pagar a médio e longo prazo com 186.445,15 euros, onde se enquadram os empréstimos bancários e leasings.

Demonstração de Resultados por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 767.163,57€ e de rendimentos no valor de 842.225,63€. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 75.062,06€ que se reflete do seguinte modo:

Descrição	Exercício 2022		Orçamento 2023		Exercício 2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Custo das mercadorias vendidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	168 122,86	26,70%	180 814,06	26,06%	213 520,10	27,83%
Gastos com o pessoal	391 190,31	62,13%	441 430,88	63,63%	460 883,85	60,08%
Gastos de depreciação e amortização	61 570,78	9,78%	66 293,48	9,56%	84 169,79	10,97%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	6 069,95	0,96%	444,00	0,06%	7 194,43	0,94%
Gastos e perdas de financiamento	2 640,34	0,42%	4 754,29	0,69%	1 395,40	0,18%
Total	629 594,24	100,00%	693 736,71	100,00%	767 163,57	100,00%
Rendimentos						
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Prestações de serviços	98 163,36	15,02%	127 500,00	17,23%	199 534,14	23,69%
Subsídios, doações e legados à exploração	490 137,37	74,99%	574 460,00	77,61%	608 347,87	72,23%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	65 264,98	9,99%	38 225,20	5,16%	34 343,62	4,08%
Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	653 565,71	100,00%	740 185,20	100,00%	842 225,63	100,00%
Resultado Líquido do Exercício	23 971,47		46 448,49		75 062,06	

Tabela 2 – Demonstração dos Resultados Executado vs. Orçamentado

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos gastos com Pessoal (60,08%), logo seguido dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (27,83%).

Relativamente aos rendimentos, verifica-se que a sua origem está repartida, maioritariamente, pelas prestações de serviços (23,69%) e Subsídios à Exploração (72,23%).

**Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2023**

Descrição	Execução 2022	Orçamento 2023	Execução 2023	(valores em euros)
				Variação orçamentado vs executado
Gastos e Perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00
62 Fornecimentos e serviços externos	168 122,86	180 814,06	213 520,10	45 397,24
63 Gastos com o pessoal	391 190,31	441 430,88	460 883,85	69 693,54
64 Gastos de depreciação e amortização	61 570,78	66 293,48	84 169,79	22 599,01
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	6 069,95	444,00	7 194,43	1 124,48
69 Gastos e perdas de financiamento	2 640,34	4 754,39	1 395,40	-1 244,94
Totais Classe	629 594,24	693 736,71	767 163,57	137 569,33

Tabela 3 – Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o período de 2023 foi de 693.736,71 euros. O realizado foi de 767.163,57 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio positivo de 137.569,33 euros, ou seja, houve mais gasto do que foi orçamentado. Esta foi uma decisão ponderada, devido à resposta a novos contratos que não estavam previstos em sede de orçamento. O aumento dos gastos foi compensado, em contrapartida, pelo aumento dos rendimentos.

Z. AP
M d

Relatório e Contas

2023

Exercício - 2023

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS		Execução		Orçamento		Execução		Variação		Variação orçamentado vs executado
		2022	2023	2023	2023	2022 vs 2023		2022 vs 2023		
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS										
621 SUBCONTRATOS		150 132,86	180 814,06	213 520,10	45 397,24			32 706,04		0,00
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		0,00		0,00	0,00					
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS		67 713,13	64 186,66	89 219,17	21 506,04			25 032,51		
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA		8 177,75	6 000,00	30 272,71	22 094,96			24 272,71		
6223 VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		3 767,03	9 600,00	468,69	-3 298,34			-9 131,31		
6224 HONORÁRIOS (Cobradores-Percentagem Quotizações)		87,95	720,00	635,72	547,77			-84,28		
6225 COMISSÕES		17 644,40	12 000,00	9 522,55	-8 121,85			-2 477,45		
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00		
6228 OUTROS - SERVIÇOS BANCÁRIOS		36 374,33	31 666,66	41 014,51	4 640,18			9 347,85		
623 MATERIAIS		1 661,67	4 200,00	7 304,99	5 643,32			3 104,99		
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RÁPIDO		23 408,39	15 240,00	39 300,96	15 892,57			24 060,96		
6232 LIVROS E DOC. TÉCNICA/REVISTAS		21 422,27	12 000,00	38 013,27	16 591,00			26 013,27		
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO		30,10	240,00	0,00	-30,10			-240,00		
6234 ARTIGOS PARA OFERTA		1 956,02	2 400,00	1 287,69	-668,33			-1 112,31		
624 ENERGIA E FLUIDOS		0,00	600,00	0,00	0,00			-600,00		
6241 ELECTRICIDADE		42 634,36	54 345,00	48 304,38	5 670,02			-6 040,62		
6242 COMBUSTÍVEIS		8 685,72	12 000,00	7 262,25	-1 423,47			-4 737,75		
6243 ÁGUA		31 642,22	38 625,00	37 888,50	6 246,28			-736,50		
6248 OUTROS		2 128,66	3 000,00	3 121,33	992,67			121,33		
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES		177,76	720,00	32,30	-145,46			-687,70		
6251 DESLOCAÇÕES E ESTADAS		588,95	842,40	329,96	-258,99			-512,44		
6252 TRANSPORTES DE PESSOAL		588,95	600,00	329,96	-258,99			-270,04		
6253 TRANSPORTE DE MERCADORIAS					0,00			0,00		
626 SERVIÇOS DIVERSOS			242,40		0,00			-242,40		
6261 RENDAS E ALUGUERES		33 778,03	46 200,00	36 365,63	2 587,60			-9 834,37		
6262 COMUNICAÇÃO		616,44	540,00	863,40	246,96			323,40		
6263 SEGUROS		5 265,75	4 500,00	4 711,51	-554,24			211,51		
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADE		4 983,22	6 000,00	8 106,65	3 123,43			2 106,65		
6266 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO		146,44	0,00	0,00	-146,44			0,00		
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO		0,00	3 000,00	191,30	191,30			-2 808,70		
6268 OUTROS SERVIÇOS		19 677,94	21 000,00	22 293,61	2 615,67			1 293,61		
		3 088,24	11 160,00	199,16	-2 889,08			-10 960,84		

Tabela 4 – Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Da análise do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve uma variação positiva de 32.959,49 euros face ao orçamentado, justificado em grande medida pelo incremento das rubricas de trabalhos especializados e ferramentas e utensílios.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra
Exercício - 2023

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS		Execução		Orçamento		Execução		Variação		Variação orçamentado vs executado
		2022	2023	2023	2023	2022 vs 2023		2022 vs 2023		
63 GASTOS COM PESSOAL										
632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL		391 190,31	441 430,88	460 883,88	69 693,54			19 452,97		
6321-6327 VENCIMENTO BASE		344 240,49	362 842,01	402 166,13	57 225,64			39 324,12		
6328 COMPENSAÇÃO Bombeiros Voluntários		192 088,97	228 842,01	253 040,04	60 951,07			24 198,03		
634 INDEMNIZAÇÕES		152 151,52	134 000,00	149 126,09	-3 025,43			15 126,09		
635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00		
636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO		35 816,24	52 146,77	49 599,06	13 782,82			-2 547,71		
637 GASTOS AÇÃO SOCIAL		6 621,78	11 442,10	8 568,71	1 946,93			-2 873,39		
638 OUTROS GASTOS COM PESSOAL		23,95	0,00	0,00	-23,95			0,00		
		4 487,85	15 000,00	549,95	-3 937,90			-14 450,05		

Tabela 5 – Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 460.883,85 euros e um aumento face a 2022 de 69.693,54 euros, justificado não só pelo aumento da Remuneração Minima Mensal Garantida e pelo aumento do valor de compensações aos bombeiros voluntários como também pelo reforço das equipas de intervenção e de transporte de doentes, contratados pela Associação, para fazer face aos contratos e protocolos assinados. O valor das atualizações salariais foi, em parte, compensado no lado da receita com o subsídio da Câmara Municipal de Coimbra e da ANEPC - relativo à

comparticipação das duas equipas de EIP, além do aumento nas prestações de serviços.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra					
Exercício - 2023					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação
GASTOS		2022	2023	2023	2022 vs 2023
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	€ 069,95	444,00	7 194,43	1 124,48
681	IMPOSTOS	48,75	144,00	55,36	€,61
688	OUTROS	6 021,20	300,00	7 139,07	1 117,87
6881	CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIOR	5 507,13	0,00	6 888,79	1 381,66
6881	OUTROS	514,07	300,00	250,28	-263,79

Tabela 6 – Outros Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

A rubrica de Outros Gastos e Perdas registou um total de 7.194,43 euros, valor superior ao orçamentado. Este desvio, deve-se essencialmente à consideração de despesas de anos anteriores no ano de 2023.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra					
Exercício - 2023					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação (valores em euros)
Descrição		2022	2023	2023	orçamentado vs executado
Rendimentos e Ganhos					
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	98 163,36	127 500,00	199 534,14	101 370,78
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	490 137,37	574 460,00	608 347,87	118 210,50
76	Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	65 264,98	38 225,20	34 343,62	-30 921,36
79	Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais Classe		653 565,71	740 185,20	842 225,63	188 659,92

Tabela 7 – Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

O total de rendimentos e ganhos realizado foi de 842.225,63 euros. No ano de 2022 o realizado foi de 653.565,71 euros, registando-se, assim, uma variação positiva no valor de 186 mil euros.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra					
Exercício - 2023					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		Execução	Orçamento	Execução	Variação
RENDIMENTOS		2022	2023	2023	2022 vs 2023
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	98 163,36	127 500,00	199 534,14	101 370,78
722	QUOTIZAÇÕES E JOIAS	55 519,23	56 000,00	53 425,62	-2 093,61
723	PROMOÇÕES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PATROCINADORES	0,00	2 000,00	0,00	0,00
724	RENDIMENTOS DE PATROCINADORES E COLABORAÇÕES	0,00	15 000,00	0,00	0,00
728	OUTROS	42 644,13	54 500,00	146 108,52	103 464,39
7281	Serviço de Ambulâncias	9 416,75	45 000,00	143 633,52	134 214,77
7282	Serviço de Auto Tanque	2 450,00	9 500,00	0,00	-2 450,00
7283	Outros Serviços	30 775,38	0,00	2 475,00	-28 300,38
729	-				0,00

Tabela 8 – Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

Esta rubrica registou um total de 199.534,14 euros, sendo que a rubrica mais significativa é a de “Outros serviços” onde se incluem os serviços de

ambulância com um total de 143.633,52 euros. As quotizações e joias diminuíram 2.093,61 euros em relação ao ano de 2022, muito impactada pela diminuição de entrega de quotas de cobradores.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra Exercício - 2023					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RENDIMENTOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação	Variação orçamentado vs executado
	2022	2023	2023	2022 vs 2023	
76 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	490 137,37	574 460,00	608 347,87	100 049,56	15 726,93
751 SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	428 421,20	490 960,00	414 483,67	-13 937,53	-76 476,33
7511 AUTORIDADE DE PROTECÇÃO CIVIL	309 723,82	355 000,00	291 756,76	-17 967,06	-63 243,24
7512 MUNICIPIO DE COIMBRA	118 697,38	135 960,00	122 726,91	4 029,53	-13 233,09
7513 OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	37 060,25	48 500,00	143 410,45	88 189,26	76 749,51
7524 INEM	36 724,25	48 500,00	125 249,51	88 525,26	76 749,51
7526 IEFP	0,00	0,00	16 660,94	16 660,94	16 660,94
7527 U.F. COIMBRA	0,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00
7525 IAPMEI - RMG 2022	336,00	0,00	0,00	-336,00	0,00
753 DOAÇÕES E HERANÇAS	24 655,92	35 000,00	50 453,75	25 797,83	15 453,75
7531 DONATIVOS ASSOCIAÇÕES/EMPRESAS/PARTICULARES	9 981,09	15 000,00	29 633,24	19 652,15	14 633,24
7532 CONSIGNAÇÃO IRS	14 674,83	20 000,00	20 820,51	6 145,68	820,51

Tabela 9 – Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração superou o ano de 2022 em 100.049,56€.

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Coimbra Exercício - 2023					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS GASTOS	Execução	Orçamento	Execução	Variação	Variação orçamentado vs executado
	2022	2023	2023	2022 vs 2023	
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	65 264,98	38 225,20	34 343,62	-10 921,36	-3 881,58
781 RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0,00	33 725,20	0,00	0,00	-33 725,20
782 DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	35,48	0,00	0,00	-35,48	0,00
787 RENDIMENTOS E GANHOS INVEST.NÃO FINANCEIROS	24 050,00	0,00	0,00	-24 050,00	0,00
788 OUTROS	41 179,50	4 500,00	34 343,62	-6 835,88	29 843,62

Tabela 10 – Outros Rendimentos (Executado vs. Orçamentado)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de outros rendimentos e ganhos foi inferior ao orçamentado no valor de 3.881,58€.

2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO

Não sendo possível estimar, à presente data, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

3. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção para emissão em 13 de março de 2024.

4. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra apresentou um resultado líquido do período positivo no montante de 75.062,06 euros (setenta e dois mil quinhentos e setenta e um euros e quarenta e quatro céntimos).

A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2023 seja mantido na rubrica de resultados transitados.

LAP
A
N

Demonstrações Financeiras

Balanco analítico

O quadro que se segue apresenta ao balanço analítico no final do ano de 2023.

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 220 165,76	2 108 269,54
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	1 236,99	1 448,05
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patronacionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 221 402,75	2 109 717,59
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	7	71 580,63	5 135,05
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	8	6 764,73	7 545,36
Fundadores/beneméritos/patronacionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9		31 429,45
Diferimentos	10	2 010,92	2 903,36
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11	159 442,83	128 253,40
Subtotal		239 799,11	175 266,62
Total do Ativo		2 461 201,86	2 284 984,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	133 930,36	133 930,36
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12	69 016,85	15 045,41
Excedentes de revalorização	12	1 006 398,50	1 006 398,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	790 812,31	813 351,93
Subtotal		75 062,06	23 971,47
Resultado Líquido do período		2 075 220,08	1 992 697,67
Total do fundo do capital			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	13	186 445,15	139 439,14
Outras contas a pagar	Subtotal	186 445,15	139 439,14
Passivo corrente			
Fornecedores	14	123 582,82	95 799,43
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	8	7 474,06	4 919,51
Fundadores/beneméritos/patronacionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	13	35 393,13	11 342,00
Diferimentos	10		
Outras contas a pagar	15	33 086,62	40 786,46
Outros passivos financeiros	Subtotal	199 536,63	152 847,40
Total do passivo		385 981,78	292 286,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 461 201,86	2 284 984,21

Coimbra, 13 de março de 2024

Sarah Almon in Jesus
 O Contabilista Certificado
 (CC N.º 95921)

A Direção

Ariadne Guello Pacheco
J. M. -

C. M. -
Miguel

Demonstração de resultados por Naturezas

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	16	199 534,14	98 163,36
Subsídios, doações e legados à exploração	17	587 527,36	490 137,37
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	18	(213 520,10)	(168 122,86)
Gastos com o pessoal	19	(460 883,85)	(391 190,31)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	20	55 164,13	65 264,98
Outros gastos e perdas	21	(7 194,43)	(6 069,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		160 627,25	88 182,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(84 169,79)	(61 570,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		76 457,46	26 611,81
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22	(1 395,40)	(2 640,34)
Resultados antes de impostos		75 062,06	23 971,47
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		75 062,06	23 971,47

Coimbra, 13 de março de 2024

O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

Sarah Aminim Jesus

A Direção

Ariadne Guillo Pacheco

Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

	Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Notas	Fundos	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		1	133 930,36	43 759,33	1 006 398,50	814 742,88	(28 713,92)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(28 713,92)		1 390,95	28 713,92	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO EXTENSIVO		2				1 390,95		
Operações com instituidores no período		3					23 971,47	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022								
		5						
		6=1+2+3+4	133 930,36	15 045,41	1 006 398,50	813 351,93	23 971,47	

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

	Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Notas	Fundos	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		6	133 930,36	15 045,41	1 006 398,50	813 351,93	23 971,47	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						(22 539,62)	(23 971,47)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO EXTENSIVO		7		53 971,44			(22 539,62)	
Operações com instituidores no período		8					(22 539,62)	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023								
		9=7+8					75 062,06	
		10						
		6+7+8+10	133 930,36	69 016,85	1 006 398,50	790 812,31	75 062,06	

Coimbra, 13 de março de 2024

Sarah Amorim Jesus
O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

A Direção




Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Bombeiros Voluntários de Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

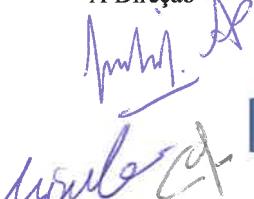
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		155 333,74	138 255,29
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(185 736,71)	(128 697,32)
Pagamentos ao pessoal		(460 807,13)	(374 458,66)
Caixa gerada pelas operações		(491 210,10)	(364 900,69)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		636 788,56	(46 925,15)
Outros recebimentos/pagamentos		145 578,46	(411 825,84)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(196 065,83)	(341 629,47)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(763,08)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	24 050,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		211,06	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		11 804,00	773 498,96
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(184 050,77)	455 156,41
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		71 057,14	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(8 218,86)
Juros e gastos similares		(1 395,40)	(2 640,34)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		69 661,74	(10 859,20)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 189,43	32 471,37
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	128 253,40	95 782,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	159 442,83	128 253,40

Coimbra, 13 de março de 2024

Sarah Almonim Jesus
O Contabilista Certificado
(CC N.º 95921)

A Direção



Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Humanitária De Bombeiros Voluntários De Coimbra
Avenida Fernão de Magalhães, 178, código postal 3000-176 Coimbra

Fundada em 1989 a AHBVC é uma Instituição de utilidade pública que presta relevantes e continuados serviços à comunidade tais como: a) A prevenção e o combate a incêndios; b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas; d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros; f) A participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; g) O exercício de actividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações; h) A participação em outras acções e o exercício de outras actividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respectivas entidades detentoras; i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras do período de N foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não aplicável

2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

2.4. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua

apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um “Ativo intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se: (i) Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou (ii) Houver um mercado ativo para este Ativo, e (ii) Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão

Nº 48
4
SA

diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

Os "Clientes" e as "Outros ativos correntes" encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.2.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.7. Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os "Fundos patrimoniais" são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da

Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo anexo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência só se confirmará pela ocorrência, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.9. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o despectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.13. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2023.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

3.2.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

Av. 88
SA 4

3.2.16. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.2.17. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 006 398,50	-	-	-	-	1 006 398,50
Edifícios e outras construções	1 059 205,66	-	-	-	-	1 059 205,66
Equipamento básico	390 191,27	27 369,85	-	-	-	417 561,12
Equipamento de transporte	393 858,90	168 530,05	-	-	-	562 388,95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	21 452,02
Outros Ativos fixos tangíveis	11 708,80	165,93	-	-	-	11 874,73
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	2 882 815,15	196 065,83	-	-	-	3 078 880,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	88 645,09	20 215,06	-	-	-	108 860,15
Equipamento básico	344 633,39	23 287,53	-	-	-	367 920,92
Equipamento de transporte	307 940,20	40 667,20	-	-	-	348 607,40
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	21 452,02
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73	-	-	-	-	11 874,73
Total	774 545,43	84 169,79	-	-	-	858 715,22

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 006 398,50	-	-	-	-	1 006 398,50
Edifícios e outras construções	1 044 621,16	14 584,50	-	-	-	1 059 205,66
Equipamento básico	378 999,33	11 191,94	-	-	-	390 191,27
Equipamento de transporte	338 657,60	55 201,30	-	-	-	393 858,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,02	-	-	-	-	21 452,02
Outros Ativos fixos tangíveis	11 708,80					11 708,80
Investimentos em Curso	-		-	-	-	-
Total	2 801 837,41	80 977,74				2 882 815,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	68 644,16	20 000,93	-	-	-	88 645,09
Equipamento básico	324 401,25	20 232,14	-	-	-	344 633,39
Equipamento de transporte	286 602,49	21 337,71	-	-	-	307 940,20
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 452,20	-	-	-	-	21 452,20
Outros Ativos fixos tangíveis	11 874,73		-	-	-	11 874,73
Total	712 974,83	61 570,78				774 545,61

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	1 448,05
- Fundo de compensação do Trabalho	-	1 448,05
- Fundo de reestruturação do setor solidário	-	-
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	-	1 448,05
Perdas por reduções de justo valor	-	-
Ganhos por aumento de justo valor	-	-

O DL 115/2023, de 15 de dezembro altera os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

O FGCT conserva a sua natureza e finalidades, mas matém-se suspensa a obrigação de efetuar entregas para aquele Fundo enquanto vigorar o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	49 946,05	5 745,65
Clientes	49 946,05	5 745,65
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	850,60
Clientes		850,60
Utentes		-
Outras Contas a Receber	21 634,58	240,00
Total	71 580,63	5 135,05

8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 764,73	7 545,36
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	6 764,73	7 545,36
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	1 710,50	881,00
Segurança Social	5 763,56	4 038,51
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	7 474,06	4 919,51

9. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresenta em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores		
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	31 429,45
Autoridade Proteção Civil	-	31 429,45
Câmara Municipal de Coimbra	-	-
Outros Devedores		-
Entidades Devedoras de Subsídios		
Subsídios a Receber		
Outros		
Perdas por Imparidade	-	-
Total	-	31 429,45

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 947,87	2 779,88
Outros	63,05	123,48
Indemnização	-	-
Total	2 010,92	2 903,36
Rendimentos a reconhecer		
Outros (Subsídios ao Investimento)		
Total	-	-

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Caixa	169,40	1 727,14
Depósitos à ordem	119 273,43	126 526,26
Depósitos a prazo	40 000,00	-
Outros	-	-
Total	159 442,83	128 253,40

12. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	133 930,36	-	-	133 930,36
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	15 045,41	53 971,44	-	69 016,85
Excedentes de revalorização	1 006 398,50	-	-	1 006 398,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	813 351,93	15 255,00	(37 794,62)	790 812,31
Total	1 968 726,20	69 226,44	(37 794,62)	2 000 158,02

Na rubrica Resultados Transitados foi considerado o resultado líquido do período findo em 2022 acrescido de uma correção de exercícios anteriores materialmente relevante relativamente ao fornecedor Jacinto Barra Seco.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a entidade apresenta os seguintes valores relativos a “Financiamentos obtidos”:

Descrição	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	1 482,60	112 311,46		105 413,14
Leasings	33 910,53	74 133,69	11 342,00	34 026,00
Total	35 393,13	186 445,15	11 342,00	139 439,14

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” encontra-se discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	123 582,82	95 799,43
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	123 582,82	95 799,43

15. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	32 136,02	-	40 771,36
Remunerações a liquidar	-	31 058,72	-	31 909,00
Outros acréscimos	-	1 077,30	-	8 862,36
Outros credores	-	950,60	-	15,10
Cauções	-	-	-	-
Outros acréscimos	-	950,60	-	15,10
Total	-	33 086,62	-	40 786,46

16. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas e Serviços Prestados”:

Descrição	2023	2022
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	199 534,14	98 163,36
Quotas e Jóias	53 425,62	55 519,23
Serviços de ambulância	143 633,52	9 418,75
Outros Serviços	2 475,00	33 225,38
Total	199 534,14	98 163,36

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2023	2022
Autoridade de Proteção Civil	291 756,76	309 723,82
Subsídios de Outros Organismos do Setor Público	266 137,36	155 757,63
CMC	122 726,91	118 697,38
Outros	143 410,45	37 060,25
Subsídios de Outras Entidades	-	
Doadões	29 633,24	24 655,92
Total	587 527,36	490 137,37

18. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	89 183,37	67 713,13
Materiais	39 300,96	23 408,39
Energia e fluidos	48 304,38	42 634,36
Deslocações, estadas e transportes	329,96	588,95
Serviços diversos	36 401,43	33 778,03
Rendas e alugueres	863,40	616,44
Comunicação	4 711,51	5 265,75
Seguros	8 106,65	4 983,22
Contencioso e notariado	35,80	146,44
Despesas de representação	191,30	-
Limpeza, higiene e conforto	22 293,61	19 677,94
Outros serviços	199,16	3 088,24
Outros Custos Operacionais	-	-
Total	213 520,10	168 122,86

19. Gastos com o pessoal

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 2023 foi de 15, em 2022 foi de 14. Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	253 040,04	192 088,97
Compensação Corpo Voluntário	149 126,09	152 151,52
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	49 599,06	35 816,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 568,71	6 621,78
Gastos de Ação Social	429,75	23,95
Outros Gastos com o Pessoal	120,20	4 487,85
Total	460 883,85	391 190,31

20. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Consignação IRS	-	-
Outros rendimentos e ganhos	55164,13	65264,98
Subsídios ao Investimento	-	-
Total	55 164,13	65 264,98

21. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correções exercícios anteriores	6 888,79	5 507,13
Outros Gastos e Perdas	305,64	562,82
Total	7 194,43	6 069,95

22. Resultados financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	1 395,40	2 640,34
Total	1 395,40	2 640,34
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(1 395,40)	(2 640,34)

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de N foram aprovadas pela Direção para emissão em 13 de março de 2024.

28. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 13 de Março de 2024

Sarah Amorim Jesus

O Contabilista Certificado

(CC N.º 95921)

A Direção

Aniadne Gólio Pacheco
Silvia Lopes
António Gólio
Luiz Carlos

